

Estudo Técnico Preliminar 9/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08391.000257/2024-01

2. Justificativa da Contratação

A Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR está localizada à Avenida José Alves Nendo, nº 1309, no bairro Jardim Aclimação, nesta cidade de Maringá/PR, tendo a presente localização decorrido do recebimento de terreno doado pela Prefeitura Municipal de Maringá para construção desta unidade. A construção foi finalizada/inaugurada a mais de 20 anos e que, dentre outras adversidades, apresenta espaço físico e infraestrutura (elétrica e lógica) subdimensionados para as necessidades atuais, tendo em vista o crescente aumento do efetivo policial e da demanda dos serviços disponibilizados.

O atendimento de passaporte era realizado na Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR, de segunda a sexta-feira, das 08 às 18h, com alto fluxo de usuários, e demandava gastos elevados com limpeza, manutenção predial, energia elétrica entre outros, a fim de manter o local em condições minimamente confortável para os usuários.

Até o início da última década, a quantidade de passaportes expedidos pela PF era muito inferior quando comparada com o montante dos exercícios seguintes, especialmente de 2011 até a presente data. Com isso, deu-se início a um processo de expansão da rede de atendimento para a melhor prestação deste serviço, que culminou com a abertura de diversos PEPs. Tal ação teve por primordial objetivo melhorar o atendimento aos usuários e ao mesmo tempo otimizar recursos e minimizar custos da Administração Pública.

Em atenção a este problema, em 2013, a Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR foi a primeira no estado do Paraná a descentralizar o atendimento ao requerente de passaporte, instalando o mesmo em um grande centro de compras multimarcas (shopping center). A descentralização do atendimento ao requerente de passaporte verificou-se vantajosa à Polícia Federal, tendo em vista a redução dos custos referentes à utilização do espaço como limpeza, manutenção e eletricidade.

A partir de consulta ao site da Polícia Federal na Internet (www.pf.gov.br), verifica-se que atualmente das 27 Superintendências Regionais instaladas nas Unidades Federativas, apenas 8 (oito) não possuem o atendimento de passaporte em shopping center, sendo elas: SR/AC, SR/AP, SR/AM, SR/MA, SR/RN, SR/RO, SR/RR e SR/SE. Adicionalmente existem ainda diversos outros PEPs em cidades onde há unidades da Polícia Federal fora da capital do estado, a exemplo do próprio PEP em Maringá e de diversas outras cidades no estado do Paraná.

A efetiva instalação e funcionamento de um Posto de Emissão de Passaporte (PEP), depende necessariamente de requisitos básicos de infraestrutura essenciais para garantir a devida acessibilidade, segurança e salubridade do ambiente de atendimento aos usuários do serviço. Desta feita a opção pela instalação de Postos de Emissão de Passaporte (PEPs) em Shoppings Centers traz à administração economia de custos referentes a adequação do ambiente a tais requisitos, uma vez que já presentes nos grandes centros comerciais que estão plenamente aptos a grande fluxo de pessoas.

Além, os Shoppings Centers, em geral, estão localizados em vias públicas de fácil acesso, estão adequados às normas referentes à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, já possuem segurança, já contam com toda a infraestrutura necessária a garantir a salubridade do ambiente e suportar o grande fluxo diário de pessoas, não requerendo investimentos para tais adequações

Ademais, a instalação do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) em centros comerciais condicionará ao empreendimento a proibição de qualquer vinculação da instituição Polícia Federal a uma marca específica de varejo, evitando eventuais confusões entre o serviço de emissão de passaporte instalado no shopping center e o próprio empreendimento.

A escolha por grandes centros de compras multimarcas (shopping centers) é fundada na excelente aceitação do público usuário do serviço até então, uma vez que em tais localidades já estão presentes diversas facilidades e comodidades muito atrativas como serviços, amplos estacionamento, plena observância dos requisitos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e praças de alimentação.

Bem assim, o fato de disponibilizar o serviço de emissão de passaportes com comodidade e em local de fácil acesso aos cidadãos atende aos princípios da supremacia do interesse público (serviços devem atender às necessidades da coletividade), da adaptabilidade (Estado deve adequar os serviços públicos à modernização e atualização das necessidades dos administrados) e da universalidade ou generalidade (serviços devem estar disponíveis a todos).

Aos Shopping Centers também há vantagens, uma vez que a alocação do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) em suas instalações, além de acrescentar ao mix de serviços oferecidos aos seus clientes um serviço muito demandado atualmente, propiciará àquela localidade um maior fluxo de pessoas, bem como de potenciais consumidores ou clientes, o que concorre sobremaneira para o aumento das vendas e das receitas ali transacionadas. Indiretamente, a instalação do posto avançado constitui um eficiente instrumento de alavancamento na captação de clientela, o que, certamente, é de interesse não só do Condomínio como também da Associação de Lojistas que integram o Shopping Center, atraindo fluxo de pessoas circulando em suas instalações em dias e horários de baixo movimento, eventualmente consumindo e/ou utilizando outros serviços lá disponibilizados.

Assim, não se pode ignorar que os grandes centros comerciais, em geral, têm interesse na instalação de Postos de Emissão de Passaporte (PEPs) em suas dependências, em razão do inevitável aumento no fluxo diário de pessoas, consumidores em potencial, especialmente nos horários de menor fluxo, e por esse motivo, é pertinente o estabelecimento e a publicação das regras e critérios claros para garantir a observância dos princípios da publicidade e isonomia principalmente quando houver mais de um possível interessado na localidade que abrigará o Posto de Emissão de Passaporte (PEP).

A presente contratação, conforme exposto nos parágrafos anteriores, representa vantagens significativas para Administração Pública que pode oferecer um atendimento de excelência ao usuário do serviço de passaportes sem custos para Polícia Federal, uma vez que referida contratação será realizada por meio de cessão de uso de área não onerosa para a Polícia Federal, sem rateio de despesas ou qualquer desembolso financeiros pelo uso da área, subsistindo apenas os custos inerentes aos serviços do passaporte. Assim, é necessário considerar que a presente contratação tem um aspecto peculiar que é a necessidade de interesse por parte dos shoppings centers, vez que não haverá retribuição financeira por parte da Polícia Federal pelo uso do espaço e serviços agregados, nem tão pouco trata-se de uma concessão onde o serviço seria remunerado por cobrança de valor diretamente do usuário do serviço.

3. Descrição da necessidade

Considerando a área utilizada no Posto de Emissão de Passaporte (PEP) localizado no Shopping Catuaí de Maringá/PR, o qual o contrato de comodato se encerra no segundo semestre deste ano, ficou caracterizada a necessidade de cessão de área mínima de 140 (cento e quarenta) m² em Shopping Center na cidade de Maringá/PR, através de comodato, a fim de atender as instalações e funcionamento do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) da Delegacia da Polícia Federal em Maringá/PR.

Considerando as diretrizes emanadas do Governo Federal quanto a busca de melhorias no atendimento ao cidadão.

Considerando os compromissos da Polícia Federal com atendimento ao Cidadão, e o objetivo de proporcionar maior efetividade, agilidade e melhoria contínua na prestação de serviços aos cidadãos.

Considerando a grande quantidade de atendimentos para a emissão e entrega de passaporte.

Considerando a limitação de espaço físico Delegacia da Polícia Federal em Maringá/PR para ampliação do espaço referente ao UPAS/DPF/MGA/PR.

Justifica-se a realização de cessão em comodato para atender as instalações do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) da Delegacia da Polícia Federal em Maringá/PR, compreendendo a disponibilização gratuita do ambiente de atendimento, da infraestrutura e dos serviços necessários para plena operação das atividades de atendimento do público requerente de passaporte em centro de compras multimarcas (shopping centers) instalado na cidade de Maringá/PR.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
UPAS/DPF/MGA/PR	CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Realização de chamamento público com critérios mínimos previstos a partir deste Estudo Técnico Preliminar e posteriormente consolidado em Termo de Referência, visando a formalização de Contrato de Comodato para cessão gratuita e com exclusividade

de espaço, com área mínima de 140 (cento e quarenta) m², para instalação e funcionamento de Posto de Emissão de Passaportes da Polícia Federal (PEP), em shopping center localizado neste município de Maringá/PR, incluindo a infraestrutura e os serviços acessórios necessários à perfeita execução do serviço de emissão de passaportes.

- Considerando a logística envolvida, bem como o transtorno causado aos usuários por uma frequente mudança de local de atendimento, sugere-se a vigência mínima inicial do contrato de 60 (sessenta) meses.
- Considerando as características do contrato, sugere-se a possibilidade rescisão, com base no art. 581 do Código Civil, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de uma à outra, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

O atendimento dos usuários do serviço de passaporte ocorrerá nos dias úteis em horários definidos pela Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR e previamente comunicados ao Shopping Center.

A capacidade máxima de atendimento será de 150 requerentes agendados ao dia, o que representa um movimento de cerca 300 pessoas ao dia (uma vez que o requerente deverá comparecer duas vezes ao posto, uma para a confecção e outra para retirada do passaporte), além dos acompanhantes. A expectativa é de que a média de movimento diário real seja de 250 a 300 requerentes/dia efetivamente atendidos, o que pode ser maior ou menor conforme a demanda, sem contar eventuais acompanhantes.

O posto deverá ser instalado em áreas do shopping que admitam em suas imediações regularmente a circulação do público em suas capacidades máximas previstas, ou seja, próximo à área que permita grande circulação e espera de pessoas, vez que nos casos de comparecimento simultâneo de muitos requerentes para retirada de passaporte, uma vez que a retirada de passaporte não é agendada e pode ser efetivada pelo requerente no horário que melhor lhe convier, poderá ocorrer concentração de pessoas acarretando desconforto aos usuários se área não possibilitar o grande fluxo de pessoas e não contar com adequada área de espera quando necessária.

O posto não pode ser instalado a menos de 50 (cinquenta) metros em linha reta de loja que ofereça serviços de despachante. Com isso, evita-se qualquer vinculação do usuário do serviço de emissão de passaporte prestado pela PF com os fornecidos pelos despachantes como obtenção de vistos, por exemplo.

O Shopping Center ofertará, com exclusividade, o espaço e a infraestrutura do ambiente de atendimento, que contempla os serviços necessários para a plena operação das atividades de atendimento ao público requerente de passaporte, sem rateio de despesas ou qualquer desembolso financeiro pelo uso da área ou pela disponibilização de bens e serviços, de acordo com as especificações e requisitos estabelecidos no Projeto Básico e seus Anexos, sugerindo-se o que segue:

- O posto deverá ser identificado nos padrões da PF, distinguindo-o e separando-o dos demais serviços presentes no shopping e, portanto, as placas identificadoras e respectivos banners deverão observar o Manual de Padronização de Identificação Visual da PF, conforme Anexo A.
- O posto deverá possuir links de acesso aos sistemas PF, equipamentos, CFTV, linhas telefônicas e requisitos técnicos de TIC, conforme Anexo B.
- Os licitantes deverão observar a Pasta Técnica - Requisitos de Arquitetura e Engenharia, elaborada com o objetivo de esclarecer aos interessados, seus projetistas e aos responsáveis por obras, quanto às normas e procedimentos a serem observados na elaboração dos projetos, execução de obras e sugestão de adequação de layouts da implantação do PEP, conforme Anexo C.
- Os Anexos 1, 2, 3 e 4 da Pasta Técnica (Anexo C) são peças que se destinam a orientar os interessados quanto aos padrões desejáveis, sendo que os projetos elaborados e as implantações dos mesmos pelo shopping deverão ser previamente aprovados pela Polícia Federal.
- Deverá ser disponibilizado pelo shopping, os serviços de apoio operacional e supervisão para execução das atividades meramente auxiliares e instrumentais ao processo de emissão de passaporte, conforme Anexo D.

A Planta do posto, constante no Anexo 1 da Pasta Técnica - Requisitos de Arquitetura e Engenharia - Anexo D, é apenas um exemplo de *layout*, que poderá ser alterado, caso assim concordem a contratante e a contratada, e desde que atendidos os requisitos abaixo:

- Ao posto deverá ser disponibilizado no mínimo a **área de 140 (cento e quarenta) m² para as instalações físicas**.
- A **Sala Técnica**, enquanto espaço enclausurado com tamanho suficiente para a correta acomodação dos equipamentos de TIC, deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
 - Deverá ter espaço suficiente para a instalação de no mínimo os seguintes equipamentos de TIC: Roteador; Switch de Acesso; Rack; Nobreak de 6KVA, bem como também o sistema de CFTV. Também deverá ter espaço físico suficiente para a eventual instalação de quadro elétrico exclusivo para os equipamentos listados.
 - A metragem mínima da sala técnica é 3,0m², devendo ter espaço suficiente para movimentação dos técnicos quando da manutenção dos equipamentos.
 - O espaço físico da sala também deve ser suficiente para retirar e recolocar os equipamento no rack, sem que haja necessidade de movimentação do rack de um ponto a outro da sala técnica.

- A sala técnica deve ser exclusiva para o armazenamento dos equipamentos de TIC supracitados e deve ter acesso restrito a pessoas autorizadas, pelo Gestor Local ou pelo NTI/SR/PF/PR, devendo estar sempre trancada e as chaves sob responsabilidade do Gestor Local do posto.
- A **Área de Atendimento** deverá ser contínua, em plano único, contemplando todos os requisitos de acessibilidade e em formato e proporções que admitam a instalação dos seguintes ambientes de atendimento de forma a preservar o correto e eficiente fluxo dos requerentes, observando o seguinte:
 - **Recepção** - de fácil reconhecimento pelo público e que sirva para admitir ou não a entrada do público agendado no posto devendo comportar uma estação de trabalho e possuir painel chamador de horário e de mensagens eletrônicas;
 - **Entrega** - para atendimento do requerente em pé e sem acesso ao interior do posto com kit de entrega instalado e impressora multifuncional. O requerente apresenta-se e aguarda em área de circulação próxima a sua chamada nominal para retirada do passaporte;
 - **Atendimento** - área para realização do atendimento com as estações de trabalho compostas pelos kits confirmação (composto por Desktop Tipo I, periféricos de coleta biométrica – coletor de digitais e equipamento fotográfico, com cenário com tripé -, e impressoras multifuncionais compartilhadas) organizados em linha também com sistema eletrônico de chamada de fila única e que possibilite a circulação de pessoas e a saída do posto sem retorno do requerente para as outras áreas;
 - **Sala de Guarda dos Passaportes (Sala Cofre)** - área de armazenamento dos passaportes, devendo conter armário para guarda de passaportes. A sala deverá possuir portas com sistema de trancamento, que permitam o acesso ao interior do posto e à área de entrega dos passaportes.
 - **Sala de Gestores** - área de trabalho dos gestores do posto, que deverá comportar no mínimo duas estações de trabalho e permitir a visibilidade dos gestores ao interior do posto. Admite-se que a sala dos gestores esteja em plano diverso, desde que tenha acesso direto ao interior do posto e visibilidade de toda a área de recepção, espera e atendimento.
- A **Área de Apoio** deverá possuir no mínimo as seguintes características:
 - **Copa** - sala reservada para guarda dos pertences pessoais dos funcionários que trabalharão no posto, e ambiente para realização de breves refeições/lanches, em dimensões e proporções adequadas ao tamanho do posto, podendo ser contígua no mesmo plano ou ainda que em outro plano tenha acesso direto à área de atendimento;
 - **Banheiros** - banheiros masculino e feminino exclusivos aos funcionários e servidores do posto, tendo em vista o manuseio constante de documentos e o atendimento a público diverso.

Para o desenvolvimento das atividades de emissão de passaporte, o ambiente cedido à Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR deverá ser adequadamente **mobiliado** (mesas, balcões de atendimento, armários, cadeiras, etc.). Todo o mobiliário necessário ao adequado funcionamento do PEP ficará a cargo do shopping, devendo ser submetido à prévia aprovação da Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR.

O mobiliário deverá ser cedido à Polícia Federal e será restituído ao shopping quando do encerramento do contrato.

A título de orientação consta no Anexo 3 da Pasta Técnica, a Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de julho de 2020, que trata dos padrões mínimos de especificações de mobiliário quando adquiridos pela própria Polícia Federal.

Deverá ser disponibilizado, também na forma de cessão, sistema completo de gerenciamento de filas por meio de pagers, painel eletrônico ou outros sistemas similares informatizados/automáticos (inclusive com fornecimento de monitores e/ou outros equipamentos, caso necessário). Deverão ainda ser disponibilizados pedestais com fita, em quantidade adequada ao gerenciamento e formação de fila única.

A administração do shopping center, sem nenhum ônus para a Polícia Federal, proverá a limpeza diária a ser realizada antes da abertura do posto para o público, bem como a manutenção e conservação do ambiente cedido. Além disso, deverá prover a limpeza mediante solicitação do gestor do posto em situações excepcionalmente necessárias.

Deverão ser disponibilizadas, sem nenhum ônus para a Polícia Federal, no mínimo 8 (oito) credenciais de acesso e permanência livre no estacionamento para veículos dos funcionários e policiais, e 2 (duas) vagas cobertas e demarcadas, para uso pelos Gestores do posto e eventuais viaturas oficiais da Polícia Federal quando da prestação de serviços de apoio ao posto. É essencial que tais vagas estejam SEMPRE disponíveis e sejam de fácil acesso ao local onde ficará o posto, tendo em vista a eventual necessidade de apoio para cumprimento de Mandado de Prisão em aberto para requerente de passaporte.

Nos termos do Anexo D, o shopping center prestará apoio operacional por meio colaboradores pertencentes ao seu quadro de funcionários ou empresa subcontratada, para realização de atendimento, recepção do público usuário do empreendimento comercial, orientação ao uso dos equipamentos, bem como para a execução de atividades auxiliares e instrumentais ao processo de emissão de passaporte.

No caso de subcontratação, o shopping center será o único responsável pela relação comercial com a empresa subcontratada.

Em qualquer situação, é responsabilidade exclusiva do shopping, e eventual empresa subcontratada, a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

É responsabilidade do shopping center - ou empresa subcontratada - a contratação, o controle, identificação, habilitação e qualificação dos colaboradores direcionados à prestação do apoio operacional e supervisão previstos neste item.

O shopping deverá comprovar, mensalmente, por meio de relatório circunstanciado, e sempre que solicitado por servidor indicado pela Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR, o fiel e total cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, inerentes aos colaboradores que atuam, de forma exclusiva ou preponderante, para realização de atendimento, recepção do público usuário do empreendimento comercial, orientação ao uso dos equipamentos, bem como para a execução de atividades auxiliares e instrumentais ao processo de emissão de passaporte.

6. Levantamento de Mercado

Foram analisadas contratações realizadas por outras Unidades da Polícia Federal, verificando-se que as soluções mais comumente adotadas são a formalização de Contrato de Comodato após a realização de chamamento público ou concorrência.

Para levantamento de mercado foram oficiados os maiores shopping centers localizados em Maringá/PR, conforme Processo SEI nº 08391.000172/2024-14, os quais os Shoppings Catuaí, Avenida Center, Maringá Park e Cidade manifestaram interesse em contratar com esta Administração, cada um com suas condições.

A partir da pesquisa, verifica-se a viabilidade da descentralização do atendimento de passaporte para shopping center em Maringá /PR, tendo em vista o interesse dos estabelecimentos.

Destaca-se que as manifestações de interesse divergem bastante em relação aos benefícios propostos por cada shopping.

Assim, considerando que o levantamento tinha por objetivo verificar as condições a que o mercado estava disposto a atender, por se tratar de contratação especial, na concorrência deverá constar como critério de análise e classificação da proposta o fornecimento de todos os serviços e disponibilização de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços de recepção de passaporte.

7. Descrição da solução como um todo

A solução apontada pelo presente estudo é o estabelecimento das condições e referências a serem consideradas em procedimento licitatório para a alteração do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) na cidade de Maringá/PR, compreendendo a **disponibilização gratuita do ambiente de atendimento, da infraestrutura e dos serviços necessários para plena operação das atividades de atendimento do público requerente de passaporte em centro de compras multimarcas** (shopping centers) instalado na cidade de Maringá/PR.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

A presente contratação será em regime de comodato, sem ônus para a administração.

Estima-se uma redução significativa nos custos de limpeza, manutenção predial, água e esgoto e energia elétrica e, principalmente, nos custos com os serviços acessórios de recepção, atualmente pagos com recursos da Polícia Federal, que deverão ficar à cargo do Shopping Center.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando a demanda e a estrutura desta cidade de Maringá/PR sugere-se que o atendimento seja realizado em apenas um shopping center, com área mínima disponibilizada de 140 (cento e quarenta) m².

Tendo em vista que o Posto de Emissão de Passaporte (PEP) da Delegacia da Polícia Federal em Maringá/PR contará com 3 unidades de emissão de passaporte e 1 unidade de entrega de passaporte, além da recepção/triagem, apoio operacional para entrega de passaportes e outros serviços, estima-se que para a realização dos serviços demandados, para atendimento dos usuários nas quantidades atualmente previstas, seja necessária a disponibilização de 5 (cinco) postos de recepção e 1 (um) posto de supervisão, com carga horária de 40 horas semanais.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a dimensão do município, a quantidade usuários atendidos, e o levantamento de mercado, sugere-se a transferência de atendimento de passaporte para apenas um shopping center nesta cidade de Maringá/PR.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada com o Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2024 a 2027, contribuindo para que se atinja o seguinte:

- Objetivos estratégicos:
 - Servir à sociedade com excelência e transparência;
- Métricas de topo:
 - Eficiência no atendimento ao usuário.

Além disso, consta na listagem do Plano Anual de Contratação vigente da SR/PF/PR, lançada no PGC. Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento desta Unidade Gestora.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é a realização de cessão em comodato para atender as instalações do Posto de Emissão de Passaporte (PEP) da Delegacia da Polícia Federal em Maringá/PR, compreendendo a disponibilização gratuita do ambiente de atendimento, da infraestrutura e dos serviços necessários para plena operação das atividades de atendimento do público requerente de passaporte em centro de compras multimarcas (shopping centers) instalado na cidade de Maringá/PR, para um maior conforto ao cidadão requerente de passaporte e maior comodidade e melhoria nas condições desse serviço.

14. Providências a serem Adotadas

A partir da formalização da contratação será necessária a atualização dos dados de local de atendimento de passaporte, de modo a orientar de forma efetiva o público usuário.

Será necessária a indicação de equipe multisetorial para acompanhar a instalação e transferência dos serviços de passaporte para shopping center.

15. Possíveis Impactos Ambientais

No caso de obras ou reparos para adequação da sala/loja disponibilizada, a Contratada deverá obedecer os termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, e deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

- Observar, ainda, as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; e
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, nas obras ou reparos de adequações do imóvel, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- Mitigação do impacto ambiental a partir da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, atentando-se para os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens ou serviços a serem contratados, conforme Acórdão n. 2.380/2012, art. 3º da Lei n. 8.666/1993, quanto da Instrução Normativa n.1, de 19/01/2010.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a cessão de área do shopping center, incluindo os serviços e demais adequações a serem providenciados pelo COMODANTE, para instalação do posto de expedição de passaportes (PEP) especificada no presente estudo, considerando que o futuro comodato é plenamente viável. Há a viabilidade do comodato, tendo em vista a necessidade administrativa e o interesse de shoppings locais no comodato descrito.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO YANAGA

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 02/10/2024 às 11:08:52.

CARLOS ALEXANDRE DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante Titular

FABIO NIMER ASSAF

Integrante Técnico Titular (Engenharia)

LUCIANO CASTILHO ASSUMPCAO

Integrante Técnico Titular (NTI/SR/PF/PR)



Assinou eletronicamente em 02/10/2024 às 14:57:27.